

**Seminário Internacional de Estudos Pombalinos**  
**Sessão XXVII, 1 de junho de 2022**

**«Entre os primórdios da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino e o estiolar do poderio pombalino [1760-1782]»**

**Eurico Gomes Dias**  
(ISCP/ICPOL)

**Resumo:** como compreender a acção da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino, criada em 1760 e extinta em 1833, no âmbito das vitórias liberais? Trata-se de uma temática ainda por conhecer na devida profundidade, sobretudo quanto aos modelos de vigilância e controlo político-policial por parte desta instituição fundamental do Antigo Regime, a qual foi simultaneamente iluminista e racionalista, mas de óbvia compleição absolutista. A Intendência Geral da Polícia foi uma das mais importantes reformas político-administrativas de Sebastião José de Carvalho e Melo, então conde de Oeiras e depois marquês de Pombal. O juiz desembargador João Inácio Ferreira do Souto foi o primeiro intendente-geral da Polícia [1760-1766] e o autor provável de um livro intitulado *De Potestate Regia*, o qual nunca foi impresso, mas onde se fazia a apologia ao poder real absoluto sobre os poderes eclesiásticos nacionais, questões que reflectiam as convicções regalistas dominantes. As ideias defendidas, supostamente, por João Inácio Ferreira do Souto foram fortemente condenadas pela Igreja, especialmente pela Companhia de Jesus e parte da alta nobreza portuguesa. Deste conflito resultaria a expulsão dos Jesuítas de todos os domínios portugueses, o desterro dos *Meninos de Palhavã* e a extraordinária violência com que se castigaram os presumíveis autores do atentado contra D. José I, a 3 de Setembro de 1758. Nesse sentido, João Inácio Ferreira Souto evidenciou-se enquanto um dos homens da confiança do Marquês de Pombal, tendo sido membro da Suprema Junta da Inconfidência nomeada para julgar sumariamente o «Processo dos Távoras». Seguir-se-ia o consulado do segundo intendente-geral Manuel Gonçalves de Miranda [1766-1776], substituído interinamente por José Pinto de Moraes Bacelar [22 dezembro 1776-]. Entretanto D. José I morreria a 24 de Fevereiro de 1777, precipitando-se o afastamento do Marquês de Pombal no célebre processo da *Viradeira*. Em conjunto com as acções de imposição e manutenção da ordem pública após o Terramoto de Lisboa em 1755, todos estes eventos foram, indubitavelmente, os *catalisadores* para a criação deste primeiro e efectivo Corpo de Polícia, e de onde sobressairia, após a subida de D. Maria I ao trono, a figura incontornável do juiz desembargador Diogo Inácio de Pina Manique, o terceiro intendente-geral da Polícia entre 1780 e 1805.

**Nota biográfica:** Bacharel e Licenciado em Comunicação Social pelo Instituto Superior de Línguas e Administração [Santarém]. Pós-Graduado em Direito da Comunicação pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Pós-Graduado e Mestre em História Medieval e do Renascimento pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde

defendeu o Doutoramento, o Pós-Doutoramento e as Provas de Agregação em História. Foi Bolseiro de Doutoramento e Pós-Doutoramento apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Presentemente, é Professor Auxiliar com Agregação no ISCPSI – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna [Lisboa], sendo Investigador integrado do ICPOL – Centro de Investigação do mesmo Instituto. Académico Correspondente na APH – Academia Portuguesa da História e Membro Correspondente do Conselho Científico da CPHM – Comissão Portuguesa de História Militar.

Investigador colaborador no CEPESE [Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade – Porto], no CHSC [Centro de História da Sociedade e Cultura/FLUC], no CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória [FLUP], no CIDIUM-IUM [Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar], no IEM [Instituto de Estudos Medievais/FCSH-UNL], assim como noutros organismos científicos e culturais.

Auditor do Curso de Política Externa Nacional 2005/2006 [Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros] e Auditor do Curso de Defesa Nacional 2009/2010 [Instituto da Defesa Nacional/Ministério da Defesa]. Detentor de uma Especialização em Estudos Avançados de Geopolítica 2020/2021 [IDN/UAL] e uma Especialização em Diplomacia e Negociação Internacional 2021 [UAL]. Auditor do 3.º Curso Internacional de Estudos em Segurança Interna 2021 [IUM].

Autor e coordenador de várias obras, laureado com «Menções Honrosas» no Prémio Grémio Literário 2010 e 2012, entre numerosos artigos científicos e literários.